



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MARIA LUIZA DANTAS MOTTA

**GOVERNANÇA CRIMINAL E NEGLIGÊNCIA ESTATAL NO ENTORNO
AMAZÔNICO: UMA REFLEXÃO SOBRE OS IMPACTOS DA PRESENÇA DO PCC NA
POPULAÇÃO YANOMAMI E NAS MULHERES**

**JOÃO PESSOA
2024**

MARIA LUIZA DANTAS MOTTA

**GOVERNANÇA CRIMINAL E NEGLIGÊNCIA ESTATAL NO ENTORNO
AMAZÔNICO: UMA REFLEXÃO SOBRE OS IMPACTOS DA PRESENÇA DO PCC NA
POPULAÇÃO YANOMAMI E NAS MULHERES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial
para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal da Paraíba.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat Ferreira

JOÃO PESSOA

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

Catálogo na publicação Seção de Catalogação e Classificação

M921g Motta, Maria Luiza Dantas.

Governança criminal e negligência estatal no entorno amazônico: uma reflexão sobre os impactos da presença do PCC na população Yanomami e nas mulheres / Maria Luiza Dantas Motta. - João Pessoa, 2024.

35 f. : il.

Orientação: Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat Ferreira.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Governança Híbrida. 2. Amazônia. 3. Fronteiras.
4. Estudos de Paz. 5. Crime Organizado. I. Ferreira,
Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327

MARIA LUIZA DANTAS MOTTA

**GOVERNANÇA CRIMINAL E NEGLIGÊNCIA ESTATAL NO ENTORNO
AMAZÔNICO: UMA REFLEXÃO SOBRE OS IMPACTOS DA PRESENÇA DO PCC NA
POPULAÇÃO YANOMAMI E NAS MULHERES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Relações Internacionais do Centro de Ciências Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: 09 de outubro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **MARCOS ALAN SHAIKHZADEH VAHDAT FERREIR**
Data: 09/10/2024 09:41:59-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

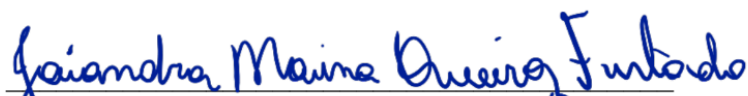
Presidente: Prof. Dr. Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat Ferreira

Instituição: Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Documento assinado digitalmente
 **PAULO GUSTAVO PELLEGRINO CORREA**
Data: 09/10/2024 09:51:31-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Membro: Prof. Dr. Paulo Gustavo Pellegrino Corrêa

Instituição: Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)



Membro: Ms. Jaiandra Maina Queiroz Furtado

Instituição: Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

AGRADECIMENTOS

A Vinícius de Lima Neves, por estar presente a cada minuto. Obrigada por escolher todos os dias estar ao meu lado, por deixar minha vida mais bonita, por ser meu companheiro de todas as formas possíveis e por me lembrar de diminuir o ritmo quando preciso.

A meus pais, Kécia e Liévin, por terem me tornado mais resiliente e por me incentivarem a sempre fazer mais; e a Heitor Dantas Motta, por ser o melhor irmão que alguém poderia ter, por sempre me defender, e por ser eternamente curioso.

A meus avós maternos, Maria de Lourdes e Leôncio, pelas memórias de infância de interior; e a meus avós paternos, Ladimir (in memoriam) e Iara, por introduzir a música na minha vida. À minha família, pelo apoio em diversos momentos.

A Ana Beatriz Queiroga de Sousa, por se fazer presente mesmo de longe, por saber de cada detalhe da minha vida e por me ouvir sempre que preciso.

A minhas primas Maria Leni e Mariana Peixoto Dantas, por serem minhas amigas mais antigas e por me permitirem o privilégio de sempre ter uma companhia para viver cada fase da vida junto comigo, mesmo fisicamente distantes.

A Eleusis Monteiro, Fernando Lima e Olga Sorrentino, por aparecerem na minha vida quando mais precisei, por serem grandes companheiros e pelas histórias para contar.

A Jade Garcia, por ser muito mais que uma colega de apartamento, pelas noites de séries e pelas conversas tarde da noite na sala.

A Aretha Faustino e Catharina Pontes, por estarem sempre prontas a me ouvir e tirar minhas dúvidas, pelas boas memórias e por serem inspirações para quem veio depois.

A meu orientador, Prof. Dr. Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat Ferreira, por acreditar na minha capacidade de conduzir essa pesquisa e por abrir portas que nunca imaginei que se abririam para mim.

Ao CNPq, pelo financiamento desta pesquisa e por garantir que inúmeros graduandos e pós-graduandos possam dedicar seus dias ao avanço da ciência no Brasil.

Por fim, ao movimento estudantil e ao movimento de mulheres, pela formação política, por me oferecer um norte e por me permitir lutar pelo justo, pelo bom e pelo melhor do mundo.

RESUMO

O presente trabalho objetiva compreender de que forma o Primeiro Comando da Capital (PCC) se apresenta como fonte de governança nas fronteiras amazônicas. Em particular, sua capacidade de governança gera um hibridismo de autoridade juntamente com a autoridade estatal. O recorte geográfico é a fronteira Brasil-Venezuela, área que constitui significativos desafios à paz local. Por governança híbrida, compreende-se aqui a legitimidade compartilhada entre o Estado e outros atores não-estatais com capacidades coercitivas, nesse caso as organizações criminosas, na administração e na oferta de bens e serviços de uma região. No caso da fronteira venezuelana, a área de fronteira é quase completamente tomada pela Terra Indígena Yanomami, o que cria uma dinâmica muito particular de uma terra indígena pontuada por áreas de garimpo ilegal que passaram a ser dominadas pelo PCC a partir de 2018. Nessa região, observa-se que as instituições estatais são especialmente negligentes com a população local, esta última carente de acesso à saúde, alimentação e segurança; frente a esse contexto, o PCC oferece uma alternativa de segurança e oferta de bens e serviços como armas e alimentos. Dessa maneira, o presente trabalho busca trazer um caráter descritivo-exploratório ao levar em consideração essa dinâmica particular. A partir dos dados reunidos é possível observar a correlação entre a falta de acesso das populações da região às instituições estatais, a governança exercida pelo PCC e a alta na violência na região, especialmente contra populações vulnerabilizadas, como as comunidades Yanomami e as mulheres. Para a realização dessa pesquisa, foi utilizada uma metodologia qualitativa. Além da revisão bibliográfica referente à literatura já produzida acerca do tema estudado, foram reunidos dados advindos de notícias da imprensa e de entrevistas realizadas com membros da sociedade civil. Esses dados foram, então, analisados à luz da fundamentação teórica dos Estudos Críticos para a Paz, a fim de compreender de que forma se dá a governança híbrida aqui descrita e quais seus impactos sobre a sociedade ao disseminar violência tanto direta quanto cultural e estrutural.

Palavras-chave: Governança Híbrida. Amazônia. Fronteiras. Estudos de Paz. Crime Organizado.

ABSTRACT

This work aims to understand how Primeiro Comando da Capital (PCC) presents itself as a form of governance in Amazonian borders. Particularly, its governance capacity generates an authority hybridism along with state authorities. The geographical focus here is the border among Brazil and Venezuela, an area which constitutes significant challenges to local peace. It is hereby understood by hybrid governance the shared legitimacy between the State and other non-state actors with coercitive abilities – in this case, criminal organizations – in administration and supply of goods and services in a region. In the case of the Venezuelan border, borderland is nearly all taken by the Yanomami indigenous land, which creates a very specific dynamic: an indigenous territory punctuated by illegal mining areas that became dominated by PCC since 2018. In this region, we observe that state institutions are especially negligent towards the local population, which is deprived of access to healthcare, food and security; in this context, PCC offers an alternative of security and goods and services such as weapons and food. Thus, this work aims to bring about a descriptive and exploratory character on considering this specific dynamic. Stemming from the collected data, it is possible to observe the correlation between this region's population's lack of access to state institutions, the governance held by PCC, and high violence rates in this region, especially against vulnerable populations such as Yanomami communities and women. For this research, a qualitative methodology was used. Along with the bibliographical review referring to already existing literature on this issue, data from news and interviews with members of the civil society has been collected. This data was then analyzed under the light of Critical Peace Studies' theoretical basis, in order to understand in what way hybrid governance takes place here described and which are its impacts on society in disseminating direct, cultural and structural violence.

Keywords: Hybrid Governance. Amazon. Borders. Peace Studies. Organized Crime.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - PCC Baptized Members in Brazilian states, 2017	23
Figura 2 - Área destruída pelo garimpo na TI Yanomami	26
Figura 3 - Pistas de pouso usadas pelo garimpo na TI Yanomami	26

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANEVs	Atores Não-Estatais Violentos
PCC	Primeiro Comando da Capital
TI	Terras Indígenas
TIY	Terra Indígena Yanomami
UNODC	United Nations Office on Drugs and Crime

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	METODOLOGIA	14
2	ESTUDOS CRÍTICOS DE PAZ	15
3	ATORES NÃO-ESTATAIS VIOLENTOS E GOVERNANÇA HÍBRIDA	16
3.1	ATORES NÃO-ESTATAIS VIOLENTOS	16
3.2	GOVERNANÇA HÍBRIDA	18
4	CRIME ORGANIZADO NA AMAZÔNIA E SUAS FRONTEIRAS	19
5	GOVERNANÇA DO ESTADO E DO PCC NA FRONTEIRA VENEZUELANA	22
5.1	IMPACTOS DA GOVERNANÇA DO PCC NO TERRITÓRIO YANOMAMI	27
5.2	IMPACTOS DA GOVERNANÇA DO PCC NA VIDA DAS MULHERES	30
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
	REFERÊNCIAS	33

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, o Primeiro Comando da Capital (PCC) se mostra como uma das facções criminosas mais proeminentes do Brasil, expandindo sua atuação para além das fronteiras do país (Ferreira; Gonçalves, 2022). Parte-se aqui do pressuposto que se faz necessário o estudo dessa atuação também no campo das Relações Internacionais, para que seja possível compreender como a presença do PCC nas fronteiras brasileiras molda as dinâmicas políticas dessas regiões transnacionais. Este trabalho pretende se debruçar especificamente na atuação do PCC nas fronteiras amazônicas, com enfoque na fronteira entre o Brasil e a Venezuela entre 2016 e a atualidade, por considerar essa uma área que necessita de destaque no campo acadêmico e político. Essa necessidade se faz presente devido à atuação cada vez maior do PCC e do garimpo ilegal nessa área, a qual, como será visto no trabalho a seguir, dá novos moldes às dinâmicas ambientais e culturais da região, afetando populações vulnerabilizadas como as comunidades Yanomami e as mulheres que ali vivem e trabalham, sejam elas indígenas ou não-indígenas. A partir disso, será possível compreender de que forma a governança do PCC, que se hibridiza com a autoridade do Estado nessas regiões, constitui desafios à paz sob o olhar dos Estudos Críticos de Paz.

É relevante apontar que, já em 2010, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CS-ONU) reconheceu que o crime organizado transnacional se constitui como uma ameaça potencial à estabilidade, passando a incluir essa questão em suas pautas (Ferreira, 2017). Sendo assim, torna-se fundamental que o campo dos Estudos para a Paz se debruce com maior atenção sobre a questão do crime organizado, em especial no caso de países que não se encontram em estado de conflito declarado, como é o caso do Brasil e da maior parte dos países da América Latina.

A atuação dos grupos criminosos organizados apresenta, inclusive, um grande impacto na economia, posto que, segundo a United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC), o crime organizado transnacional gera cerca de US\$ 650 bilhões por ano, o que constitui 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial (UNODC, 2012 apud Ferreira, 2017). O geógrafo Aiala Colares Couto aponta a relação entre a recente onda econômica neoliberal e a ascensão dos mercados ilícitos, inclusive o dos narcóticos – um mercado altamente rentável –, que se desenha a partir da globalização dos mercados, a internacionalização do sistema financeiro e a maior facilidade no uso de transportes e comunicações, num contexto de mercantilização cada vez mais acirrada (Couto, 2019).

Frente a esse cenário composto por um crime organizado ativo e bem estabelecido no país, não é à toa que o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023 aponta o registro de

47.452 mortes violentas intencionais no Brasil em 2022. Entre essas, 6.333 aconteceram na Região Norte, resultando em uma taxa de 36,5 por 100 mil habitantes, equiparando-se apenas à Região Nordeste, que registrou uma taxa de 36,9 de mortes violentas intencionais no mesmo período. Além disso, o estado mais violento do país nesse ano foi um estado da Região Norte, o Amapá, com taxa de 50,6 por 100 mil habitantes. A partir desses dados, é possível compreender mais concretamente a expansão do crime organizado e seus efeitos na violência dentro do território brasileiro (FBSP, 2023).

Quanto ao principal ator não-estatal examinado nesta pesquisa, o PCC se formou no ano de 1993 em São Paulo, na Casa de Custódia de Taubaté. Oito custodiados criaram um estatuto que propunha o estabelecimento de paz, justiça e liberdade entre os detentos, o combate da opressão dentro do sistema prisional paulista e evitar a transferência de seus membros (Ferreira, 2019). A princípio, o grupo se expandiu apenas dentro dos presídios, estabelecendo regras contra o homicídio, o estupro e o uso de *crack*, suprimindo assim a falta de regulação por parte das administrações dos presídios e a baixa legitimidade – até mesmo negligência – do Estado nesse contexto; ao longo dos anos, o poderio do PCC se estendeu para fora dos muros dos presídios, a princípio por meio de parentes dos custodiados e daqueles que cumpriam suas sentenças e retornavam aos bairros periféricos (Ferreira; Gonçalves, 2022). A partir daí, o grupo começou a assumir o controle do tráfico de drogas em São Paulo, o que lhe permitiu arrecadar recursos e prestígio para se expandir para outros estados e, mais recentemente, para outros países (Dias; Manso, 2018).

Assim, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023 aponta a existência de um aumento na violência no Brasil a partir de 2016, provocado em grande parte pelo racha entre o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), que teve seu estopim com a execução do líder independente do tráfico na fronteira Brasil-Paraguai, Jorge Rafaat, na fronteira entre o Brasil e o Paraguai (FBSP, 2023). É relevante apontar que essas duas facções são as mais atuantes na região amazônica atualmente, motivo pelo qual o conflito entre as duas apresenta tanta relevância neste contexto. A partir do início dos anos 2000, o PCC buscou se expandir além de São Paulo, seu estado de origem, para outros estados e para as fronteiras do país, ameaçando os negócios do CV e criando uma tensão cada vez maior entre as duas facções (Meneguetti; Ferreira, 2020). Embora a execução tenha sido orquestrada em conluio entre as duas facções, o que se deu meses depois foi um forte desacordo na maneira como deveria ser gerenciado o tráfico nesta estratégica fronteira.

Compreende-se por Amazônia internacional o bioma que abarca a região Norte do Brasil, bem como as Guianas, o Suriname e partes da Venezuela, Equador, Colômbia, Peru e Bolívia; dentro dos limites brasileiros, a região é chamada Amazônia Legal, abrangendo os estados do Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, Acre, Rondônia, Tocantins, Mato Grosso e parte do Maranhão (FBSP, 2023). Essa região tem se mostrado estratégica para a atuação de grupos do crime organizado devido à baixa efetividade das instituições estatais na região, a dificuldade de fiscalização por parte do Estado e a proximidade com a Bolívia, o Peru e a Colômbia, os maiores produtores de cocaína do mundo. Tal contexto levou à criação de proeminentes rotas de tráfico nacional e internacional de drogas (Anuário Brasileiro da Segurança Pública, 2023). Ainda de acordo com o Anuário, no ano de 2022 foram registradas 16.254 apreensões de entorpecentes nos estados da Região Norte, excluindo-se Amapá e Roraima, que não apresentaram dados. É possível também ter uma dimensão das rotas do tráfico por vias aquáticas ao se observar que, no ano de 2022, foram apreendidos 2.754 quilos no porto de Barcarena, no Pará, de acordo com o Anuário.

A partir do contexto aqui apresentado, é possível perceber que a presença do crime organizado na região amazônica já é um fato consolidado, com impactos consideráveis, e que o PCC é um dos principais atores criminais no Brasil, apresentando forte presença também na Amazônia. Sendo assim, considera-se necessário pesquisar o impacto dessa presença em regiões de fronteira, a fim de compreender o nível da transnacionalização do PCC na região amazônica, bem como o impacto do cenário apresentado sobre grupos minoritários, como mulheres e a comunidade Yanomami.

1.1. METODOLOGIA

Antes da coleta dos dados, realizou-se uma revisão bibliográfica acerca do conceito de governança híbrida sob o olhar dos Estudos para a Paz e, também, acerca do material acadêmico existente referente à questão do narcotráfico e da ação do crime organizado nas fronteiras amazônicas, bem como de suas consequências no cotidiano da população da região. A partir disso, foi possível seguir para a etapa de coleta de dados, nas fontes já citadas acima, e da triangulação e análise desses dados, com base em categorias que seguem a mesma lógica da divisão de seções do presente artigo, à luz dos Estudos Críticos da Paz.

A partir desta contextualização inicial, o presente trabalho se apresenta como resultado final de uma pesquisa de Iniciação Científica intitulada “Desafios à paz nas fronteiras brasileiras: Governança híbrida do PCC no entorno amazônico”, financiada pelo CNPq e conduzida entre os anos de 2023 e 2024. Cobre-se o período entre 2016 e 2024, posto que o

ano de 2016 demonstra ser uma virada no aumento dos homicídios na região devido ao rompimento entre as facções Comando Vermelho (CV) e Primeiro Comando da Capital (PCC), além da fragmentação da Família do Norte (FDN). A fim de desenvolver o trabalho, foi utilizada a metodologia qualitativa exploratória, fundamentada, principalmente, nas pesquisas documentais e de fontes primárias, combinadas com a literatura especializada na temática proveniente de especialistas e de veículos confiáveis de imprensa.

Ao longo do processo de pesquisa, foram colhidos dados provenientes de documentos oficiais de órgãos públicos brasileiros, relatórios de órgãos da Organização das Nações Unidas (ONU), informações presentes em textos acadêmicos, e notícias e reportagens dos seguintes veículos: UOL, Revista Piauí, BBC, Carta Capital, Instituto Socioambiental, Agência Pública, O Paine!l, Fundação Konrad Adenauer, Deutsche Welle, CNN, G1, O Globo, Estadão e jornais locais de estados do Norte. Além disso, foram realizadas entrevistas com diversos membros da sociedade, na condição de anonimato, que estão listadas na Tabela I. Por ser parte de um mesmo projeto mais amplo financiado pelo CNPq, tais entrevistas foram conduzidas pelo orientador e, em alguns casos, pela própria autora. A seleção das fontes citadas se deu, principalmente, devido ao fato de que a questão da presença do PCC na fronteira venezuelana é uma temática ainda nova e pouco explorada no universo acadêmico. Dá-se, aqui, ênfase ao processo das entrevistas, que são fundamentais para a compreensão do tema em uma situação em que, além da pouca disponibilidade de textos acadêmicos, os documentos oficiais nem sempre refletem a realidade da região estudada.

Tabela 1

Identificação da entrevista	Entrevistado(a)	Data
Entrevista 1	Rodrigo Pereira-Chagas, pesquisador da área de Ciências Sociais vinculado à UFRR	Agosto 2024
Entrevista 2	Funcionário(a) da SEAP-AM	Setembro 2023
Entrevista 3	Figura política do Amazonas	Setembro 2023
Entrevista 4	Membro do Exército Brasileiro 1	Setembro 2023
Entrevista 5	Membro do Exército Brasileiro 2	Setembro 2023
Entrevista 6	Motorista de táxi	Setembro 2023
Entrevista 7	Funcionário(a) do estado do Amazonas	Setembro 2023

2. ESTUDOS CRÍTICOS DE PAZ

A partir dos Estudos para a Paz de Johan Galtung, compreende-se neste trabalho que a paz é a ausência de violência; por sua vez, a violência é conceituada como um dano a necessidades humanas básicas que as diminui até um nível insuficiente, incluindo impedimentos à autorrealização do ser humano, como ameaças e insultos, podendo ter como foco indivíduos ou coletivos (Galtung, 1972; Galtung, 1990; Galtung; Fischer, 2013 apud Nobre; Ferreira, 2021).

Ainda de acordo com o autor, a violência se divide em diversas categorias. Sendo assim, esta pode se classificar como pessoal – podendo ser física ou psicológica –, estrutural, – a violência que precede e justifica a violência pessoal, estando entrelaçada à própria estrutura da sociedade e se manifestando nas injustiças sociais presentes nas estruturas e instituições da sociedade – ou cultural, que se manifesta em aspectos de determinada cultura que tornam a violência direta e a violência estrutural processos normais e aceitáveis no imaginário da sociedade (Galtung, 1969; Galtung, 1972; Galtung, 1990; Galtung; Fischer, 2013 apud Nobre; Ferreira, 2021). A paz, por sua vez, também pode ser dividida entre negativa ou positiva, sendo a paz negativa aquela que envolve o fim da violência pessoal, mas não implica no fim da violência estrutural, enquanto a paz positiva constitui o fim da violência em todas as suas manifestações (Galtung, 1969).

Sob esta perspectiva, este trabalho se propõe a compreender a governança do PCC nas fronteiras amazônicas a partir da base teórica dos Estudos Críticos de Paz, assim como o hibridismo desta governança junto à autoridade do próprio Estado. Essa base foi escolhida devido à abordagem mais ampla proporcionada pelos Estudos Críticos de Paz, que buscam se afastar da compreensão estadocêntrica dos Estudos para a Paz tradicionais, considerando também os atores não-estatais como protagonistas nos processos de construção da violência e da paz. Essa compreensão se dá em consonância com a postura da teórica Elizabeth Dahl, que afirma que “dado que as guerras têm sido travadas tradicionalmente entre Estados, os Estudos para a Paz convencionais também tendem a ser mais estatocêntricos por natureza, procurando analisar e reduzir a violência organizada letal” (Dahl, 2012, p. 256). Assim, analisar a problemática do crime organizado sob a luz dos Estudos para a Paz convencionais nos colocaria em uma posição limitada voltada para o ator Estado, dentro de uma questão que engloba atores não-estatais assumindo uma posição que normalmente seria monopolizada pelo Estado. Sendo assim, os Estudos Críticos da Paz chegam para lembrar o papel dos atores não-estatais e das estruturas econômicas, políticas e ideológicas em todas as manifestações da violência e, principalmente, para dar ênfase aos caminhos para se alcançar

uma paz positiva, como aponta Ferreira (2017).

Sobre a questão da criminalidade, Adam Blackwell e Paulina Duarte afirmam que as atividades criminosas e a violência presentes na região das Américas estão ligadas à questão da exclusão social, que passa a se constituir em uma forma de violência estrutural e cultural (Blackwell; Duarte, 2014 apud Ferreira, 2017). Sendo assim, concordamos com Ferreira (2017) ao compreender que a concepção da violência em seus três vértices da teoria de Galtung se torna central para a análise da problemática aqui apresentada, posto que a violência direta e a violência estrutural são consequência uma da outra, formando um ciclo perpetuado pela atuação do crime organizado transnacional e sua capacidade de dividir governança com o Estado. Ao final, este crime organizado reproduz uma estrutura injusta (violência estrutural) ao disseminar as bases do capitalismo para comercializar uma mercadoria considerada ilegal. Ainda, utiliza para isso frequentemente de violência direta, que vitimam milhares de pessoas no Brasil e suas fronteiras.

3. ATORES NÃO-ESTATAIS VIOLENTOS E GOVERNANÇA HÍBRIDA

3.1. ATORES NÃO-ESTATAIS VIOLENTOS

Neste trabalho, entendemos que os Estudos Críticos de Paz buscam compreender atores muito diversos em contextos de conflito, ao invés de trabalhar com uma visão puramente estadocêntrica. Além disso, esse campo de estudos compreende também que a violência se manifesta nos mais diversos aspectos, englobando não apenas a violência direta, mas também a cultural e a estrutural, e que deve-se centrar o debate nas estruturas sociais e nos caminhos possíveis para alcançar um contexto de paz positiva. A partir disso, analisamos a literatura que se debruça sobre os atores não-estatais violentos sob a luz dos Estudos para a Paz.

A Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, de 2000, entende um “grupo criminoso organizado” como um grupo de três ou mais pessoas que atuam em conjunto a fim de cometer crimes graves para obter direta ou indiretamente benefícios materiais ou financeiros (ONU, 2000). A partir dessa definição, compreendemos o conceito de atores não-estatais violentos (ANEVs) como alinhado ao de grupos criminosos organizados: podemos conceituá-los como grupos de três ou mais pessoas que atuam em conjunto, não representam ou fazem parte de instituições estatais e que se utilizam da violência como ferramenta para a obtenção de benefícios materiais ou financeiros. Villa, Braga e Ferreira (2021) corroboram esse ponto de vista ao definir o crime organizado como

um tipo de ator não-estatal violento. Por sua vez, Robert Mandel os define como “organizações relativamente autônomas (que não estejam sob controle estatal completo e direto) com capacidades para violência organizada significativas e sustentadas” (Mandel, 2013, p. 42 apud Villa, Braga e Ferreira, 2021, p. 37, tradução nossa).

Os autores Bernardo Arevalo de León e Brenda Tager (2016) conceituam, também, o termo “violência social armada” (no original, “*armed social violence*”), isto é, uma situação em que determinados grupos sociais fazem uso de violência em grande escala a fim de atingir objetivos que não tenham natureza política; a violência social armada assume a forma de uma violência urbana – e até mesmo rural – conduzida por atores como gangues, grupos vigilantes ou grupos de crime organizado (León; Tager, 2016). No ponto específico do crime organizado, os mesmos autores colocam que a violência em grande escala praticada pelo crime organizado transforma comunidades, especialmente as comunidades periféricas, em alvos de violência, tanto por parte das facções de crime organizado quanto das forças do Estado; ao mesmo tempo, essas comunidades se tornam uma fonte de renda para esses grupos (León; Tager, 2016). Portanto, esse fenômeno emerge em um nexo entre crime, estado e sociedade, impactando e sendo impactado por estruturas sociais e institucionais (León; Tager, 2016).

Dessa maneira, é comum que os ANEVs surjam como resposta à autoridade do Estado ou a partir das oportunidades que aparecem com a fragmentação da autoridade estatal (Ferreira; Framento, 2020). Segundo Loïc Wacquant (2013), frente a contextos de desigualdade socioeconômica e de violência, é comum que o poder público adote uma postura de combate ao crime e as drogas de forma individualizada, que acaba por se tornar uma postura de combate aos pobres, que são equiparados a estes fenômenos; assim, criam-se áreas segregadas de economia informal, representada pelo mercado das drogas, frente ao enfraquecimento das instituições públicas (Wacquant, 2013 apud Duarte, 2023). Esse fenômeno se mostra, inclusive, ao se observar os processos de formação de facções de crime organizado originadas dentro do sistema prisional estatal, em especial no caso do Brasil, que se iniciam a partir da necessidade de reivindicar melhores condições para si e seus pares encarcerados, como foi o caso do PCC (Manso; Dias, 2018).

Assim, as relações entre presos criam maneiras de se relacionar no contexto social particular do ambiente do sistema prisional, passando a explorar lacunas deixadas pela não ocupação desses espaços pelo poder público (Dias; Lourenço; Paiva, 2023). Phil Williams (2008, apud Nobre; Ferreira, 2021) coloca que os ANEVs podem ser classificados em seis subgrupos, sendo esses milícias, warlords, insurgências, organizações terroristas, forças

paramilitares e crime organizado. Dessa forma, esse trabalho se debruça, como já visto, sobre o subgrupo do crime organizado, que tem como características principais a prática de atividades criminosas em geral, o uso seletivo da violência e o lucro como motivação (Nobre; Ferreira, 2021).

3.2. GOVERNANÇA HÍBRIDA

Jorge Mantilla e Andreas Feldman (2021) analisam três aspectos da governança criminal: a auto-ajuda, como provisão de segurança privada em contextos de fraqueza institucional com presença de violência; a colaboração entre o Estado e a organização criminosa; e, por fim, o gerenciamento da violência, novamente com colaboração direta ou indireta do Estado. Sob uma perspectiva similar, Lessing (2020) coloca que a governança criminal pode se manifestar em uma ou mais das seguintes dimensões: o policiamento, a dimensão judicial, a fiscal, a política e a regulatória. No entanto, ele ressalta que um determinado grupo criminoso nem sempre exerce a governança sob todas essas dimensões. Assim, Marcos Alan Ferreira e Ana Beatriz Gonçalves (2021) definem a governança criminal como o estabelecimento de regras e restrições, por parte de uma determinada organização criminal, ao comportamento de membros dessa organização e de civis, a partir do conceito de Benjamin Lessing (2020). Além disso, Marcos Alan Ferreira e Oliver Richmond (2021) apontam que, onde o monopólio da violência do Estado falha em prover as necessidades da sociedade, se torna mais provável o surgimento de espaços que se tornam favoráveis ao surgimento da governança de entidades como organizações criminosas.

As organizações criminosas, em geral, buscam maximizar seus lucros investindo em atividades que minem a autoridade e efetividade das forças que impedem seu funcionamento, o que só pode acontecer quando essas organizações ganham algum nível de proteção estatal para operar os mercados ilícitos (Ferreira; Gonçalves, 2021). Dessa forma, a governança criminal geralmente coexiste, de alguma forma, com a autoridade do Estado, e é capaz de suprir as necessidades da população que o Estado não alcança, como a segurança e a imposição de códigos de conduta, além de prover variados bens e serviços. Em troca disso, a organização criminosa ganha legitimidade, o que lhe garante poder, prestígio e controle territorial. Rafael Villa, Camila Braga e Marcos Alan Ferreira (2021) apontam três variáveis causais nas formações de governança híbrida, adaptadas do trabalho de Williams (2008) e com foco nos atores não-estatais violentos: os recursos dos grupos; a extensão das economias criminais; e a intensidade da violência. Em suma, como apontam Marcos Alan Ferreira e Oliver Richmond (2021), é preciso lembrar que as estruturas de governança de organizações

criminosas não têm como objetivo a redução da violência estrutural, mas apenas benefícios para o mercado ilícito, por vezes às custas mesmo da violência e das demonstrações de poder contra populações já marginalizadas.

4. CRIME ORGANIZADO NA AMAZÔNIA E SUAS FRONTEIRAS

O relatório “Cartografias da Violência na Amazônia”, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, aponta que há 22 facções criminosas diferentes presentes em cerca de 178 municípios da Amazônia Legal brasileira (FBSP, 2023). Essa região se encontra em um contexto de desigualdade social acentuada, favorecendo uma violência generalizada que dificulta até mesmo o estabelecimento de uma paz negativa (Gledhill, 2015 apud Ferreira; Framento, 2020). Tal cenário, como visto, favorece grandemente o surgimento e a expansão de ANEVs, que, na América Latina, se manifestam em grande parte na forma de grupos de crime organizado voltados especialmente ao tráfico de drogas, mas também atuantes em economias ilícitas alternativas como extorsão, mineração ilegal, entre outros.

Ao se observar a região da Amazônia, percebemos, como aponta o relatório “Cartografias da Violência na Amazônia”, que “(...) o crime organizado, em especial aquele que se estrutura em torno do narcotráfico e do garimpo ilegal, organiza-se em redes e interações transfronteiriças nas quais se conectam atividades econômicas ilícitas” (FBSP, 2023, p.40); esse conhecimento é vital para compreender as dimensões da presença do crime organizado nas fronteiras amazônicas. Essas fronteiras são locais de grande fluxo de migrantes, transações comerciais legais e ilegais e disputas territoriais, especialmente entre ANEVs, como aponta o mesmo relatório; estudos do IPEA apontam que a configuração das fronteiras amazônicas permite tanto o trânsito clandestino por terra quanto a instalação de aeroportos clandestinos, que recebem voos fora da cobertura de radares fixos (FBSP, 2023).

Além disso, apontamentos da Polícia Civil e do Ministério Público, além de dados reunidos por pesquisadores acerca do tema, mostram a presença de integrantes do CV e do PCC dentro de terras indígenas e quilombolas em diversos estados amazônicos, inclusive utilizando-se desses territórios para esconder membros foragidos e utilizando a infraestrutura dessas comunidades para realizar o transporte de drogas ilícitas (Barreto Filho; Adorno, 2023).

Sendo assim, é possível perceber que o desenvolvimento de atividades criminosas é propício na região das fronteiras amazônicas. Segundo o relatório da FBSP, cerca de 1/3 dos habitantes da Amazônia Legal vivem em locais disputados entre facções criminosas (FBSP, 2023); esse fato se explica pela dimensão da importância da bacia amazônica, um corredor

vital de transporte de bens e serviços entre os países da Amazônia Legal. Aiala Colares Couto (2023) aponta que a economia do crime vem se apresentando como elemento para a reestruturação das dinâmicas fronteiriças, passando a integrar-se na economia regular e na segurança pública, relações essas que ultrapassam os limites do território brasileiro (Couto, 2023).

A questão das fronteiras é melhor abordada por Viviana Garcia-Pinzón e Jorge Mantilla (2020). Em seu texto, os autores apontam que fronteiras são instituições, no sentido de que são uma construção socioterritorial advinda dos discursos legais e geopolíticos dos Estados e da ação das sociedades de fronteiras; é por meio delas que os Estados regulam quais bens e pessoas dispõem de acesso legítimo a seu território. Por outro lado, os mesmos autores pontuam que as fronteiras são espaços mutáveis de interação e contestação, além de que diversos atores costumam desafiar as definições das fronteiras; dessa forma, o Estado necessita interagir com os atores de fronteira não-estatais para definir e implementar políticas nessas regiões. Dessa forma, ao analisar o caso da fronteira entre a Colômbia e a Venezuela, os autores constataam que atores criminais em regiões de fronteira são capazes de realizar práticas de fronteira, como estabelecer regras, prover bens e serviços, e moldar alfândegas e controles migratórios. Nesse ponto, Couto (2019) afirma:

“Se a fronteira é resultado de um movimento dinâmico que envolve os aspectos políticos, econômicos e culturais da sociedade, em sua essência ela jamais será o limite territorial de um Estado nacional e sim o lugar de encontro dos povos e suas frentes de expansão (...)” (Couto, 2019, p. 132).

Além disso, Villa e Pimenta (2019) apontam como a coordenação de atividades criminosas mostra maior operacionalidade em regiões de fronteira, pois muitas delas se mostram como espaços contíguos de governanças distintas, constituindo-se em espaços de fluxos parcialmente regulados, sem regulamento ou ilegais; isso permite aos atores não-estatais violentos executar o tráfico movendo-se entre os lados da fronteira para evitar as autoridades estatais de cada lado. Para se ter uma dimensão da importância das fronteiras amazônicas, de acordo com o Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, atualmente 3.774.757 pessoas vivem na fronteira amazônica brasileira, que comporta 123 municípios; desses, 10 são cidades gêmeas, isto é, cidades próximas em dois lados da fronteira que compartilham altos fluxos de mercadorias, capitais, pessoas e trocas culturais, com fiscalização mais diluída que em outras áreas de fronteira (FBSP, 2023).

Nesse sentido, o geógrafo Aiala Colares Couto equipara os trajetos de tráfico na Amazônia a um sistema de redes, que são usadas para controlar fluxos econômicos e acabam por criar condições para a territorialização do crime organizado, criando uma dinâmica regional e ao mesmo tempo transnacional não apenas de fluxos econômicos, mas também de relações de poder (Couto, 2019). Sendo assim, entendemos que as relações de poder do tráfico “estão presentes em todas as estratégias desencadeadas pelos atores para dominar as superfícies e os pontos por meio da gestão e do controle das distâncias” (Raffestin, 1993, p. 200 apud Couto, 2019, p. 130). Couto coloca, também, o conceito de “cidades-nós”, isto é, cidades que são pontos de apoio para a configuração em rede do crime organizado, conectadas por meio da infraestrutura do tráfico, que formam e suportam uma espécie de rede social do crime, cuja presença se percebe pelo exercício do poder (Couto, 2019). A partir desses conceitos, o autor aponta o narcotráfico como uma ameaça transnacional à soberania e à segurança dos países pelos quais passam as redes de poder do crime organizado (Couto, 2019).

Por fim, é fundamental levar em consideração que, entre os anos de 2019 a 2022, em consonância com um período de crescimento e expansão das rotas do tráfico na região amazônica, o Brasil passou por um governo que tinha a questão da preservação ambiental e da fiscalização do território amazônico como um tópico minoritário, sendo conivente com a garimpagem ilegal, na extração madeireira e na expansão de terras para a pecuária, atividades econômicas propícias para a atuação de grupos de crime organizado, como apontam Couto (2023) e Belmont (2024). Dessa maneira, entendemos que o narcotráfico não atua em um vácuo político, mas pode se beneficiar, como foi o caso, de contextos políticos que desconsiderem a preservação ambiental e social da Amazônia.

5. GOVERNANÇA DO ESTADO E DO PCC NA FRONTEIRA VENEZUELANA

Quanto ao PCC como ator não-estatal violento, voltamos a nos apoiar no trabalho de Villa, Braga e Ferreira (2021), ao realizar uma análise da governança híbrida do Estado e do PCC na fronteira venezuelana com base nas variáveis causais para formações de governança híbrida: a extensão das economias criminais, os recursos dos grupos e a intensidade da violência.

Em primeiro lugar, é importante compreender que o Primeiro Comando da Capital se originou em São Paulo no ano de 1993, com um pequeno grupo de presidiários; a partir daí, essa organização se consolidou como uma facção do crime organizado e, ao longo do século XXI, se expandiu até se tornar um dos maiores ANEVs não somente do Brasil, como também

de países vizinhos (Villa; Braga; Ferreira, 2021). Atualmente, o grupo não possui uma única liderança central, mas se organiza hierarquicamente em “sintonias”, que podem ser compreendidas como setores, cada uma com sua respectiva função dentro da organização, incluindo a Sintonia dos Estados e Países, como observado no relatório Echelon do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) de São Paulo, de 2017.

Villa, Braga e Ferreira (2021) apontam que, nas áreas controladas pelo PCC, a organização garante seu poder e implementa suas normas com violência instrumental por meio dos “debates”, equivalentes a julgamentos operados pelo grupo e utilizados para punir indivíduos dentro de suas áreas de influência que, de alguma forma, têm conduta destoante das normas estabelecidas no local. Além de prover um senso de justiça, o PCC fornece bens e serviços diversos para as populações que vivem em suas áreas de controle, buscando manter uma governança pacífica para os civis, o que lhe garante maior prestígio.

Quanto à expansão do PCC para a Região Norte especificamente, e, portanto, a expansão de sua economia criminal, é uma situação que se desenrola desde o início dos anos 2000; há indícios de que o PCC opera nas fronteiras com o Peru e a Colômbia desde antes de 2006, como apontam Marcos Alan Ferreira e Rodrigo Framento (2019). Além disso, os autores entrevistaram um oficial da inteligência brasileira, que afirmou que o PCC também atua de forma proeminente na Bolívia (Ferreira; Framento, 2019). No caso específico de Roraima, o setor de inteligência da Secretaria de Segurança Pública do estado aponta a presença mais forte do PCC a partir de 2013, com o retorno de roraimenses que estavam encarcerados em outros estados e retornaram a Roraima já batizados na facção (Figueiredo; Guimarães, 2024). Essas informações são confirmadas pelos dados de Camila Dias e Bruno Paes Manso (2018), que apontam que o PCC tem presença de média a alta nos estados do Amapá, Roraima, Acre e Rondônia. O relatório do United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC), intitulado World Drug Report (WDR), de 2023, também deixa explícita a presença de facções de crime organizado na fronteira entre o Brasil e a Venezuela, que é quase inteira composta pela terra indígena Yanomami, abrangendo grande parte do estado de Roraima e parte do estado do Amazonas.

No entanto, ainda de acordo com os autores, desde 2016 existem grandes disputas pela Rota do Solimões, que perpassa o Rio Solimões, entre o PCC e o Comando Vermelho (CV) e seu aliado Família do Norte (FDN), o que gera um contexto de violência intensificada, com picos de violência tanto dentro quanto fora de presídios, cujos efeitos foram mais sentidos pelos estados de Rondônia e Roraima. Este último foi o estado na qual eclodiu um dos primeiros picos de violência, em outubro de 2016, com uma rebelião na Penitenciária Monte

Na região Norte em geral, mas ainda com mais força na fronteira com a Venezuela, o crime organizado tem se alinhado às atividades de garimpo, dando origem ao termo “narcogarimpo”, cunhado a partir da operação da Polícia Federal Narcos Gold, de 2021 (Chagas, 2023). Essas atividades têm tomado níveis industriais a partir de 2019 – em parte devido à presença das facções –, com diversos trabalhadores dos garimpos sendo recrutados também para o trabalho no narcotráfico e os garimpeiros, que antes tinham a possibilidade de tomar posse de uma área para garimpo por conta própria, passando a ser obrigados a pedir permissão às lideranças do PCC para atuar na região (Chagas, 2023; Chagas, 2024; Pereira, 2022). Além disso na região Norte como um todo, o garimpo aparece acompanhado de crimes ambientais como ocupação ilegal de terras, tráfico madeireiro, garimpo ilegal e tráfico de animais silvestres, como aponta o relatório Amazon Underworld, da GI-TOC; todas essas atividades se ligam à captação de recursos para o grupo (GI-TOC, 2023). Nessa região, portanto, é possível observar que os recursos do grupo são advindos, em grande parte, das atividades de garimpagem ilegal, que também têm a função de lavagem de dinheiro.

Em 2021, foi registrada a presença de membros do PCC em um ataque a comunidades indígenas do polo Palimiu, dentro da Terra Indígena Yanomami, que se estende pela fronteira do Brasil com a Venezuela (Modelli, 2022; Brasil; Costa; Farias, 2021). Em maio de 2023, estimava-se a presença de 40 a 50 pessoas foragidas vinculadas a facções em territórios de garimpo no território Yanomami; antes das operações conduzidas pelo governo federal para a retirada dos garimpeiros da TI Yanomami, estimava-se a presença de pelo menos cem garimpeiros filiados no PCC (Perez, 2023). Entrevistas realizadas na reportagem de Felipe Pereira para o TAB Uol apontam que o PCC começou a se inserir na atividade garimpeira e moldar suas dinâmicas a partir de 2018, ano que contou com quatro fugas em massa de presídios de Roraima, sendo uma delas a fuga de Endson “Bebezão” da Silva Pereira, que ocupava o posto de “sintonia geral do sistema”, um dos cargos mais importantes do PCC a nível estadual (Pereira, 2022). O ouro extraído nessas áreas de garimpo sob a governança do PCC costuma ser vendido na Venezuela e Guiana ou tem sua procedência forjada em outros estados brasileiros, para fazer com que sua procedência pareça vir de uma operação de garimpo legal (Pereira, 2022).

Como apontam essa reportagem, a Entrevista 1 e o relatório “Yanomami sob ataque: Garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami e propostas para combatê-lo” (2022), essas áreas de garimpo frequentemente oferecem bens e serviços à população dentro e ao redor da região, seja ela composta por garimpeiros ou pessoas indígenas; esses serviços incluem bares,

corrutelas (bares que são também casas de prostituição), *lan houses* e mercados (Hutukara Associação Yanomami; Associação Wanasseduume Ye'kwana, 2023; Pereira, 2022). Essa oferta acaba por deixar essa população direta ou indiretamente dependente das estruturas e da atividade econômica do narcogarimpo, sendo uma parte considerável dessas estruturas localizada dentro do território Yanomami.

Além disso, tem-se registrado um número cada vez maior de filiados do PCC de nacionalidade venezuelana na região da fronteira (Pereira, 2022), informação que aparece também na Entrevista 1. A mesma entrevista mostra também a relação entre o PCC e a facção venezuelana Trem de Aragua, que opera principalmente no lado venezuelano da fronteira, além de se responsabilizar pela venda de entorpecentes aos usuários venezuelanos dentro do território brasileiro.

5.1. IMPACTOS DA GOVERNANÇA DO PCC NO TERRITÓRIO YANOMAMI

O World Drug Report (WDR) de 2023 mostra que povos indígenas e quilombolas na região Norte atingidos pelas atividades do narcogarimpo sofrem deslocamento forçado de seus territórios, intoxicação pelo mercúrio dos garimpos e pelas substâncias usadas para a produção de drogas ilícitas pelo tráfico, e são mais suscetíveis a serem vítimas do tráfico de pessoas e da violência direta acarretada pelos conflitos entre o crime organizado e instituições de segurança pública (UNODC, 2023). No ano de 2020, o estado de Roraima apresentou uma das mais altas taxas de homicídio de pessoas indígenas no Brasil, apenas empatado com o Amazonas, com ambos os estados contabilizando 43 homicídios de indígenas dentro de seus territórios (Silva; Lunelli, 2024).

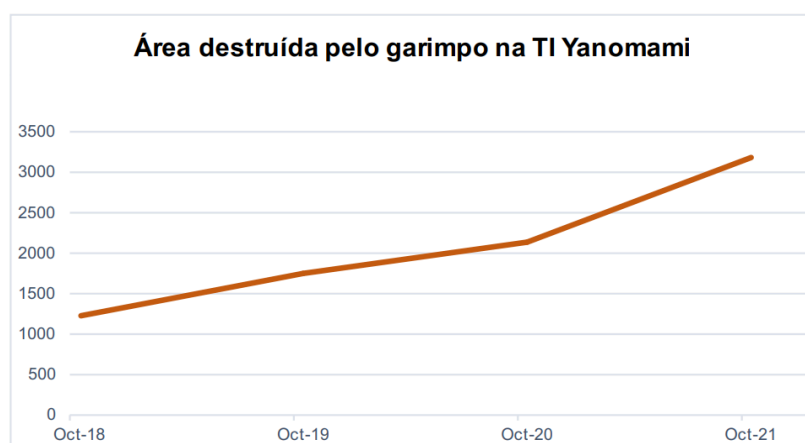
Quanto aos motivos da chegada do PCC à TI Yanomami, Rodrigo Chagas (2024) aponta duas tendências: a tendência macro e a micro. O aspecto macro se refere ao tráfico nos moldes de atacado, engajando a logística da garimpagem com sua infraestrutura e seus meios de transporte – especialmente na via aérea –; já o aspecto micro está relacionado ao fenômeno dos garimpeiros e egressos do sistema penitenciário se beneficiam e se apoiam no sistema de governança do PCC em espaços estratégicos, como penitenciárias, periferias, corrutelas e áreas de garimpo, legitimando e fornecendo seus serviços à estrutura do narcotráfico conduzido por essa facção (Chagas, 2024).

Além disso, o crescimento da presença do crime organizado em territórios indígenas coincide com a duração do governo Bolsonaro, que adotou ações e retóricas que foram diretamente de encontro aos direitos básicos dessas populações nativas, como o cancelamento de políticas públicas voltadas aos direitos dos povos indígenas e a descrição desses povos

como um obstáculo ao desenvolvimento, como aponta Lucas de Belmont (2024). No ano de 2019, primeiro ano desse governo, houve um salto nas taxas de desmatamento do estado de Roraima, com 590 km² de área desmatada, frente a 195 km² no ano anterior; nos anos seguintes, apesar de ter se observado uma queda significativa das taxas em relação a 2019, esses índices ainda se mantiveram mais altos que no período de 2009 a 2018 (Terra Brasilis, c2024). Quanto ao desmatamento dentro de TIs por parte do garimpo ilegal, existe um aumento de 58,4 hectares em 2016, para 2.409 hectares em 2022, dos quais 91,6% se localizam dentro da Amazônia (Silva; Lunelli, 2024). Na Figura 2, é possível observar o crescimento da área de garimpo, medida em hectares, dentro da TI Yanomami, percebendo-se um aumento de mais de 200% entre outubro de 2018 e outubro de 2021. Além das altas taxas de desmatamento, foram registradas, durante o governo Bolsonaro, 570 mortes evitáveis de crianças Yanomami, um aumento de 29% em relação ao período de 2014 a 2017; no início de 2023, 60% das crianças menores de 5 anos na região de Auaris – uma subdivisão da TI Yanomami – apresentava déficit nutricional (Machado; Bedinelli; Brum, 2023). Relatos de profissionais da saúde atuantes na região mostram, além de tudo, um intenso descaso nesse período do governo Bolsonaro, que se manifestou na falta de medicamentos, água e suplemento nutricional nos postos de saúde (Machado; Bedinelli; Brum, 2023).

Assim, essas medidas deixaram essas populações ainda mais vulneráveis à ação do garimpo ilegal e, portanto, do narcogarimpo. Essa violência, de caráter direto e estrutural, toma proporções ainda maiores ao se levar em consideração que para populações indígenas, a territorialidade é uma necessidade fundamental, tanto em termos de identidade e cultura quanto da própria sobrevivência material; perder o direito à terra torna-se, então, perder o direito à vida (Wolfe, 2006; Chalmers, 2016 apud Belmont, 2024).

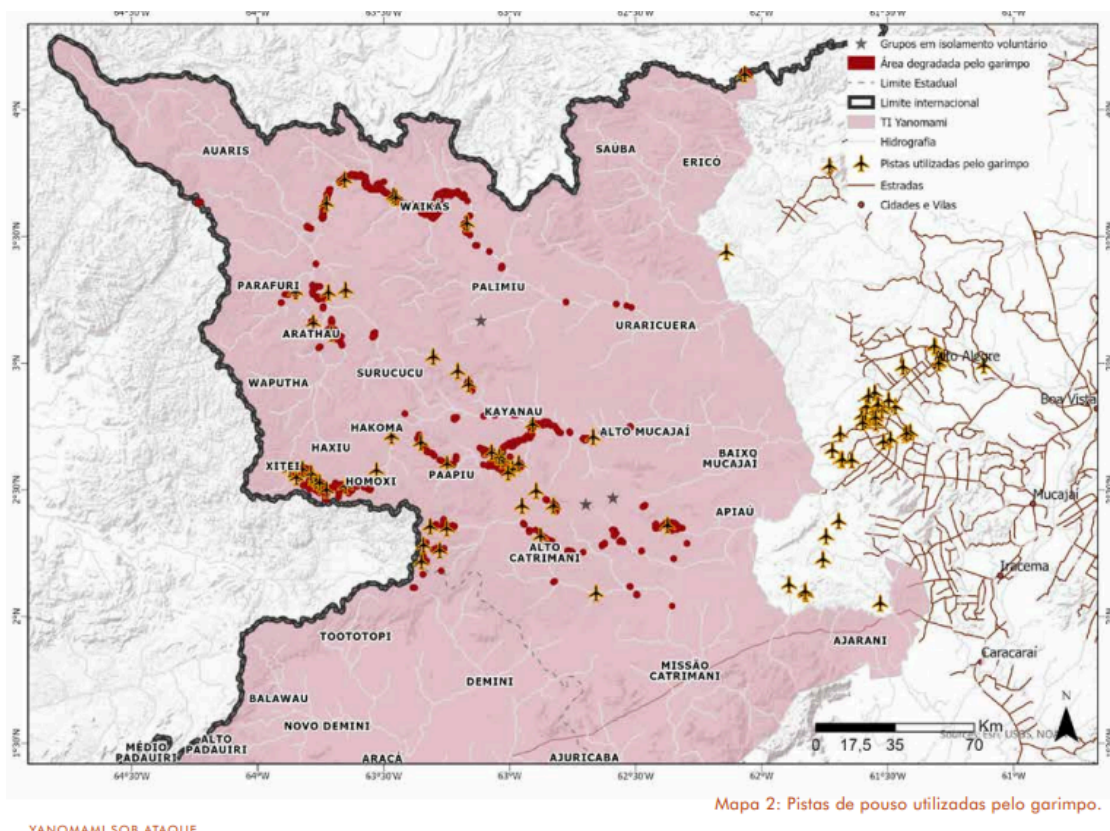
Figura 2



Fonte: Hutukara Associação Yanomami; Associação Wanasseduume Ye'kwana (2023)

No território Yanomami, assim como em diversos outros territórios indígenas na região amazônica, é comum que pessoas indígenas sejam cooptadas para trabalhar no garimpo ilegal ou para se juntar ao crime organizado, como aponta Belmont (2024); a Entrevista 1 confirma que esse fenômeno é recorrente nas áreas de garimpo ilegal localizadas no território Yanomami e controladas pelo PCC. A Figura 3 aponta a sobreposição entre a área de garimpo e a TI Yanomami.

Figura 3



Fonte: Hutukara Associação Yanomami; Associação Wanasseduume Ye'kwana (2023)

Além disso, o pesquisador entrevistado confirmou que a presença do garimpo ilegal ligado ao PCC possibilita e incentiva a entrada de álcool e outros entorpecentes no território Yanomami, levando essa população ao vício e, como consequência, a um aumento na violência e a problemas de saúde dentro de seus territórios. Essa informação é reiterada pelo relatório “Yanomami sob ataque: Garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami e propostas para combatê-lo” (2022), que inclui relatos sobre como “(...) os garimpeiros introduziram bebidas e um “pó branco” que deixaram os Sanõma viciados, alterados e violentos (...)” –

sendo os Sanöma um grupo da etnia Yanomami que vive dentro da TI demarcada (Hutukara Associação Yanomami; Associação Wanasseduume Ye'kwana, 2023).

O mesmo relatório aponta mortes de pessoas Yanomami em conflitos com garimpeiros próximos a regiões de garimpo e também por falta de assistência médica dentro de seus territórios, com altas nas taxas de doenças como malária e COVID-19, presumidamente provocadas pelo contato com pessoas não-indígenas (Hutukara Associação Yanomami; Associação Wanasseduume Ye'kwana, 2023). Além disso, registram-se altas taxas de desnutrição entre as crianças Yanomami, com índices superiores a 70% no polo Waputha e nos sub-polos Yarima e Wathou da TI Yanomami; esse fenômeno é provocado pela escassez relativa de alimentos acarretada por uma gama de fenômenos, como a destruição de áreas familiares de cultivo por parte do garimpo, o recrutamento de jovens indígenas pelos garimpos que pagam seus trabalhadores com objetos em vez de salários e as doenças e a alta no vício em álcool e drogas ilícitas, que impedem pessoas de conseguir trabalho (Hutukara Associação Yanomami; Associação Wanasseduume Ye'kwana, 2023).

Esse contexto de escassez favorece, inclusive, o suborno de pessoas indígenas, que não raras vezes recebem ouro em troca da não-denúncia de crimes cometidos por garimpeiros, como foi o caso da aldeia Yanomami Aracaçá, que em 2022 foi esvaziada após o estupro de uma criança de doze anos e o desaparecimento de outra, de quatro anos de idade, e alguns de seus antigos habitantes receberam cinco gramas de ouro para manter o silêncio acerca desses crimes (Coelho, 2022). Também foi registrado um caso de acobertamento de crimes na região do Homoxi, cujo posto de saúde foi incendiado em dezembro de 2022, após ser convertido em depósito de combustível por garimpeiros ilegais, em resposta a uma operação da Polícia Federal, deixando a população da região sem acesso ao cuidado básico de saúde e ainda mais vulnerabilizada (Machado; Bedinelli; Brum, 2023).

Além disso, ainda existe a questão dos confrontos entre comunidades indígenas em Roraima com as próprias forças de segurança que deveriam atuar em sua proteção. Em novembro de 2021, por exemplo, registrou-se um ataque da Polícia Militar contra lideranças indígenas da TI Raposa Serra do Sol, em Roraima, que realizavam monitoramento contra a ação garimpeira em seu território (Portal Roraima 1, 2021). Nesse caso, é possível enxergar o fator da negligência do Estado no fato de que lideranças indígenas precisaram se organizar entre si para realizar uma operação de monitoramento, que seria de responsabilidade das forças de segurança do Estado, as quais apenas se fizeram presentes no momento do desmonte dessa operação.

5.2. IMPACTOS DA GOVERNANÇA DO PCC NA VIDA DAS MULHERES

Além dos impactos da presença do PCC nas populações originárias da região, outro grupo vulnerável que deve ser destacado nesse contexto é o das mulheres, sejam elas cisgênero ou transgênero. Dentro da governança híbrida do crime organizado, pode-se perceber que, em geral, a mulher representa ao menos um entre dois papéis: o papel de “funcionária de menor escalão”, realizando transporte de entorpecentes ou exercendo a função de cozinheira nas áreas de garimpo, e o papel sexual, como fornecedora de serviços sexuais, por vontade própria ou não.

Nesse contexto, o relato coletado por Duarte (2023), de uma mulher encarcerada por tráfico de drogas, desenha bem o panorama da presença das mulheres em funções menores no tráfico:

“Eu fiz algumas viagens de lá para cá [Bolívia x São Paulo]. Fiz pelo Guaporé [rio], de carro, ônibus e pegando carona de caminhão. Ninguém desconfiava. Nunca me vi como traficante. Na verdade, nenhuma mulher que faz isso pode ser achar traficante. A gente passa humilhação, fica longe de casa, ninguém sabe o nosso paradeiro. Se você morre ali, ali mesmo você fica e a família nunca vai saber. Em todas as idas sempre pensei o pior. Um olhar errado, uma fala fora do lugar é motivo para matar. Eu fazia por necessidade... mas nunca foi fácil... Vi muita menina novinha ir e não voltar. Eles [traficantes] trancam na fronteira. Algumas somem como agulha no palheiro... outra se viciam e fica na zona de prostituição. É um outro mundo, a senhora não faz ideia.” (Duarte, 2023, p. 61)

A posição da mulher no trabalho sexual no garimpo controlado pelo PCC é também um tema nascente na discussão sobre esse contexto. Sabe-se que o tráfico de pessoas é um ramo de negócios no mercado global de drogas, frequentemente aliado à extorsão e à prostituição (Wainwright, 2016 apud Duarte, 2023, p. 61). Ao longo da Entrevista 1, foi possível constatar que, dentro do garimpo, as mulheres exercem a função de cozinheiras ou de prostitutas, papéis cujos limites muitas vezes são turvos: as cozinheiras frequentemente recebem o estigma de prostitutas frente à sociedade, posto que é frequente o uso dessa função como eufemismo para a prostituição, além de serem frequentemente aliciadas também para o trabalho sexual. O entrevistado também destaca que o garimpo é um espaço altamente masculinizado, e as mulheres nesse ambiente tendem a fazer acordos de variadas naturezas com os garimpeiros, geralmente em busca de proteção.

Além disso, as prostitutas que trabalham nos bares e corrutelas, administrados ou não pelo crime organizado, assumem, além do trabalho sexual, a função de estimular os clientes a

gastar dinheiro com bebidas alcoólicas nesses estabelecimentos, a fim de aumentar o lucro dos locais. É importante apontar que as prostitutas trazidas de outros locais costumam pagar os custos de seu trajeto, assim como é o caso das cozinheiras e de diversos outros trabalhadores do garimpo; essas pessoas, portanto, iniciam seu trabalho já em dívida com as lideranças do garimpo – como visto, cada vez mais ligadas ao PCC –, gerando assim uma situação de escravidão por dívida (Modelli, 2022).

A violência de gênero ligada à atuação do PCC na fronteira venezuelana também se manifesta na TI Yanomami. O relatório “Yanomami sob ataque” (2022) aponta relatos de garimpeiros que oferecem comida para famílias e comunidades Yanomami em troca de sexo com meninas indígenas adolescentes, cenário que se torna frequente ao se analisar as dificuldades das comunidades Yanomami no acesso à alimentação, citadas na seção 5.1; um relato citado nesse documento menciona a morte de três meninas Yanomami de cerca de 13 anos em decorrência de um estupro perpetrado por garimpeiros, em 2020 (Hutukara Associação Yanomami; Associação Wanasseduume Ye’kwana, 2022). Veículos de mídia também trazem relatos do aliciamento de meninas de ao menos 10 e 11 anos de idade por parte de garimpeiros para relações sexuais e mesmo para casamentos infantis (Modelli, 2022).

A reportagem de Talita Bedinelli para a Sumaúma traz, também, relatos como o do caso de uma adolescente Yanomami de 17 anos de idade que foi alcoolizada e sofreu um estupro coletivo por garimpeiros, que, após o crime, enviaram à família da vítima pacotes de alimento (Bedinelli, 2022). Além disso, esse modo de ação também se dá com mulheres Yanomami maiores de idade, que recebem alimento, perfumes, roupas e bebidas alcoólicas em troca de sexo; é relevante apontar que, de acordo com os relatos, os garimpeiros apenas têm relações com as mulheres que acabam alcoolizadas, o que se constitui como abuso sexual, de acordo com a OMS, e as mulheres Yanomami, em geral, enxergam esses garimpeiros como ameaçadores e transmissores de infecções sexualmente transmissíveis (Hutukara Associação Yanomami; Associação Wanasseduume Ye’kwana, 2022; MPF, c2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados apresentados neste trabalho, foi possível obter uma melhor compreensão das dinâmicas do crime organizado nas fronteiras amazônicas, mais especificamente da governança híbrida exercida pelo Primeiro Comando da Capital na fronteira Brasil-Venezuela. Para isso, em primeiro lugar, foi necessário estabelecer um embasamento teórico na forma dos Estudos Críticos de Paz, definindo o que é violência à luz dos Estudos para a Paz e realizando a diferenciação entre os Estudos para a Paz e os Estudos

Críticos de Paz, que foram a base teórica selecionada por considerar-se que esta última área oferece uma conceituação de atores mais ampla. A partir disso, foi possível conceituar também o que são atores não-estatais violentos (ANEVs) e governança híbrida, conceitos centrais para o alcance do objetivo proposto. Posto esse embasamento teórico, foi possível desenhar um panorama da presença das facções de crime organizado na região amazônica e, finalmente, um panorama da governança híbrida do PCC na fronteira com a Venezuela, com destaque para os impactos dessa governança na vida de pessoas indígenas e de mulheres, dois grupos especialmente vulneráveis aos crimes perpetrados dentro desse contexto.

No presente trabalho, foi possível compreender que o crime organizado no Brasil nasce de uma necessidade de segurança e organização da parte de pessoas encarceradas, que se unem em facções em resposta à violência do sistema prisional, e, ao se tornarem egressas do sistema, levam os sistemas de organização para seus bairros e cidades de origem; esses grupos se expandiram grandemente nas últimas décadas, engajando-se no tráfico de drogas ilícitas e de outros bens e serviços, criando, portanto, uma economia paralela e uma estrutura empresarial. Além disso, nas fronteiras amazônicas, a presença do Estado e de suas instituições é escassa, quando não inexistente, e, muitas vezes, acaba trabalhando contra a população que deveria proteger, como é o caso da Polícia Militar e das comunidades Yanomami.

Esses fatores geram uma necessidade de governança que, ao não ser suprida pelas instituições estatais, é suprida por atores não-estatais; na América Latina, é comum que a governança híbrida nesses casos seja exercida por ANEVs, e, no caso da fronteira Brasil-Venezuela, o ANEV mais presente é o PCC, que chegou na região a partir do início da década de 2010. Nesses contextos, o ator que exerce governança híbrida é frequentemente responsável por oferecer à população serviços como alimentação, saúde e segurança, sendo este último fator o mais presente no contexto analisado. No entanto, em troca dos serviços oferecidos, espera-se que a população que se utiliza desses serviços acate e siga as regras estabelecidas pelo grupo que exerce a governança na região, e que, em caso de não cumprimento, costuma punir os indivíduos infratores. No caso do PCC, esse sistema de punição é realizado através dos debates, que funcionam como julgamentos que irão avaliar a infração cometida e decidir a punição correspondente, em geral na forma de castigos físicos ou, a depender da gravidade da ação julgada, de execução.

No caso da fronteira venezuelana, que se estende por todo o estado de Roraima e parte do Amazonas, foi possível observar que o PCC passou a se utilizar da estrutura da garimpagem, em especial do garimpo ilegal, para realizar suas operações, dinâmica que

evoluiu até o ponto de, atualmente, o PCC exercer governança sobre as atividades de garimpo, que antes da chegada do grupo tinham uma configuração autônoma. Além disso, é importante apontar que uma parte considerável das áreas de garimpo ilegal se localizam dentro da TI Yanomami, que perpassa quase toda a área da fronteira venezuelana, interferindo no modo de vida da população Yanomami e impedindo que essa população acesse direitos básicos como saúde, alimentação e segurança. Foi possível constatar que essa dinâmica particular se instaurou em decorrência da disputa entre o PCC e o CV pela Rota do Solimões, que atravessa a região amazônica para o transporte de drogas ilícitas a partir do Peru e da Bolívia com destino à Europa, bem como do desejo do PCC de expandir-se internacionalmente. Nessa região, há indícios de que o PCC atua paralelamente à facção venezuelana Trem de Aragua. Além disso, também foram percebidos indícios do controle do PCC em bares e prostíbulos, inclusive em regiões de TI Yanomami, controlando a renda e o emprego das mulheres prostituídas. Por fim, ainda sobre a temática das mulheres, tem-se percebido uma alta na violência sexual contra mulheres e meninas da região, sendo as vítimas predominantemente indígenas Yanomami; essa violência é intensamente associada à figura do garimpeiro ilegal, que, atualmente, encontra-se sob a governança do PCC.

A partir do trabalho desenvolvido, entende-se que todas as estratégias de combate ao crime organizado na região amazônica, especialmente na fronteira Brasil-Venezuela, devem levar em conta o contexto delicado na região, especialmente ao lidar com comunidades indígenas e periféricas, que, a partir de suas experiências prévias, desenvolveram uma desconfiança em relação às instituições do Estado. Dessa maneira, conclui-se que qualquer ação de combate ao crime organizado, ao garimpo ilegal e ao tráfico de drogas ilícitas deve, em primeiro lugar, assumir uma abordagem estrutural em vez de uma abordagem direta e militarizada, que tem sido a norma nas últimas décadas. Assim, eliminando-se as problemáticas na raiz da questão, e abordando a desigualdade socioeconômica que originou as dinâmicas do crime organizado brasileiro, será possível elaborar soluções mais definitivas, ainda que de longo prazo.

REFERÊNCIAS

BARRETO FILHO, Herculano; ADORNO, Luís. Membros do PCC e CV se escondem em áreas indígenas e quilombos na Amazônia. **UOL**, Belém, 23 jun. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/06/23/membros-do-pcc-e-cv-se-escondem-em-areas-indigenas-e.htm>. Acesso em: 28 ago. 2024.

BEDINELLI, Talita. ‘Por que os garimpeiros comem as vaginas das mulheres Yanomami?’. **Sumaúma**, 13 set. 2022. Diário de guerra. Disponível em:

<https://sumauma.com/por-que-os-garimpeiros-comem-as-vaginas-das-mulheres-yanomami/>. Acesso em: 5 jun. 2024.

BELMONT, Lucas de. Mass Atrocities against Indigenous Peoples: Atrocity Structure and the Brazilian Amazon under Bolsonaro. **Global Responsibility to Protect**, v. 16, n. 3, p. 239-268, mar. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1163/1875984X-20240007>. Acesso em: 16 jul. 2024.

BRASIL, Kátia; COSTA, Emily; FARIAS, Elaíze. Garimpeiros ligados ao PCC atacam aldeia Yanomami. **Amazônia Real**, Boa Vista e Manaus, 10 mai. 2021. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/garimpeiros-ligados-ao-pcc-atacam-aldeia-yanomami/>. Acesso em: 28 ago. 2024.

CHAGAS, Rodrigo Pereira. Narcogarimpo: las afinidades electivas entre los frentes de minería ilegal y la expansión del narcotráfico en la Amazonía brasileira. **URVIO - Revista Latinoamericana de Estudios de Seguridad**, n. 38, p. 32-48, jan.-abr. 2024.

CHAGAS, Rodrigo Pereira. O “narcogarimpo” na Terra Indígena Yanomami. In: IPEA. **Boletim de Análise Político-Institucional**: dinâmicas da violência na região norte. Brasília, DF: Ipea, n. 36, jan. 2024.

COELHO, Ana. Os crimes em terra Yanomami e o reflexo da violência contra a população indígena. **AGEMT**, São Paulo, 13 mai. 2022. Disponível em: <https://agemt.pucsp.br/noticias/os-crimes-em-terras-yanomami-e-o-reflexo-da-violencia-contr-a-populacao-indigena>. Acesso em: 28 ago. 2024.

COUTO, Aiala Colares. Conectividade e territórios em rede do narcotráfico na Amazônia Brasileira. **GeoTextos**, v. 15, n. 2, p. 123-147, dez. 2019.

COUTO, Aiala Colares. Relações transfronteiriças do narcotráfico na Amazônia: Dos crimes conexos aos desafios da segurança regional. In: IPEA. **Boletim de Análise Político-Institucional**: dinâmicas da violência na região norte. Brasília, DF: Ipea, n. 36, jan. 2024.

DAHL, Elisabeth. Oil and Water? The Philosophical Commitments of International Peace Studies and Conflict Resolution. **International Studies Perspectives**, v. 14, n. 2, p. 240-272, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1468-2486.2012.01111.x>. Acesso em: 25 ago. 2024.

DIAS, Camila Nunes. Dinâmica da violência e do crime na macrorregião Norte do Brasil: O efeito das facções criminais. In: IPEA. **Boletim de Análise Político-Institucional**: dinâmicas da violência na região norte. Brasília, DF: Ipea, n. 36, jan. 2024.

DIAS, Camila Nunes; LOURENÇO, Luiz Claudio; PAIVA, Luiz Fábio S. Dinâmicas de crime e prisão: a atuação de grupos criminosos em diferentes contextos. **Revista de Ciências Sociais**, v. 53, n. 3, nov. 2022/fev. 2023.

DIAS, Camila Nunes; MANSO, Bruno Paes. **A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2018. 344 p.

DUARTE, Joana das Flores. A rota do fim do mundo: mercado global de drogas e organizações criminosas na Amazônia. **Revista de Políticas Públicas**, v. 27, n. 1, p. 47–63, dez. 2023. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/21830>. Acesso em: 25 jul. 2024.

FBSP. **Cartografias da violência na Amazônia**, São Paulo, v. 2, 2023. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/cartografias-da-violencia-na-amazonia-2a-edicao/. Acesso em: 17 jun. 2024.

FBSP. **A nova corrida do ouro na Amazônia: garimpo ilegal e violência na floresta**. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://apidspace.forumseguranca.org.br/server/api/core/bitstreams/7b85f2fa-b582-41a7-b88b-d64108c00b50/content>. Acesso em: 20 ago. 2024.

FERREIRA, Marcos Alan. Brazilian criminal organizations as transnational violent non-state actors: a case study of the Primeiro Comando da Capital (PCC). **Trends in Organized Crime**, v. 22, p. 148-165, 2019.

FERREIRA, Marcos Alan. Estudos Críticos da Paz e Crime Organizado Transnacional. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 113, p. 29-50, set. 2017.

FERREIRA, Marcos Alan; FRAMENTO, Rodrigo de Souza. Atores não estatais violentos transnacionais na América do Sul: Um exame dos casos do Primeiro Comando da Capital e da Família do Norte. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 72-87, fev./mar. de 2020.

FERREIRA, Marcos Alan; FRAMENTO, Rodrigo de Souza. Degradação da Paz no Norte do Brasil: o conflito entre Primeiro Comando da Capital (PCC) e Família do Norte (FDN). **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, v. 04, n. 02, p. 91-114, nov. 2019.

FERREIRA, Marcos Alan; GONÇALVES, Anna Beatriz. Criminal governance and systems of parallel justice: Practice and implications in Brazilian urban peripheries. **International Journal of Law, Crime and Justice**, v. 68, p. 1-12, mar. 2022.

FERREIRA, Marcos Alan; RICHMOND, Oliver. Blockages to Peace Formation in Latin America: The Role of Criminal Governance. **Journal of Intervention and Statebuilding**, v. 15, n. 2, p. 161-180, fev. 2021.

FIGUEIREDO, Ana; GUIMARÃES, Ryanny. Esquemas criminais: A emergência do Primeiro Comando da Capital no garimpo ilegal da Terra Indígena Yanomami. In: IPEA. **Boletim de Análise Político-Institucional**: dinâmicas da violência na região norte. Brasília, DF: Ipea, n. 36, jan. 2024.

FONTE SEGURA. Sistema prisional e estruturação das facções criminosas na Amazônia. **Fonte Segura**, 24 jan. 2024. Segurança pública na Amazônia. Disponível em: <https://fontesegura.forumseguranca.org.br/sistema-prisional-e-estruturacao-das-faccoes-criminosas-na-amazonia/>. Acesso em: 25 ago. 2024.

GALTUNG, Johan. Introduction: Peace by Peaceful conflict transformation – the TRANSCEND approach. In: WEBEL, Charles; GALTUNG, Johan (ed). **Handbook of Peace and Conflict Studies**. Londres: Routledge, 2007.

GALTUNG, Johan. Violence, Peace and Peace Research. **Journal of Peace Research**, v. 6, n. 3, p.167-191, 1969.

GI-TOC. **Amazon Underworld: Economías criminales en la mayor selva tropical del mundo**. Genebra, 2023. 35 p.

HUTUKARA ASSOCIAÇÃO YANOMAMI; ASSOCIAÇÃO WANASSEDUUME YE'KWANA. Yanomami sob ataque: garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami e propostas para combatê-lo. Boa Vista, 2022. 120 p. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/yanomami-sob-ataque-garimpo-ilegal-na-terra-indigena-yanomami-e-propostas-para>. Acesso em: 27 ago. 2024.

LEÓN, Bernardo Arévalo de; TAGER, Ana Glenda. Armed Social Violence and Peacebuilding: Towards an Operational Approach. Berghof Foundation. Berlim, 2016.

LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira; MARQUES, David. Sangue na floresta. **Piauí**, São Paulo, 3 nov. 2021. Questões de segurança pública. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/sangue-na-floresta/>. Acesso em: 13 jul. 2024.

MACHADO, Leandro. Facções controlam tráfico e financiam crimes ambientais na Amazônia, diz pesquisador. **BBC Brasil**, São Paulo, 15 mar. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cje53pd1337o>. Acesso em: 5 jun. 2024.

MACHADO, Ana Maria; BEDINELLI, Talita; BRUM, Eliane. ‘Não estamos conseguindo contar os corpos’. **Sumaúma**, 20 jan. 2023. Diário de guerra - Genocídio Yanomami. Disponível em: <https://sumauma.com/nao-estamos-conseguindo-contar-os-corpos>. Acesso em: 5 jun. 2024.

MANTILLA, Jorge.; FELDMANN, Andreas E. Criminal Governance in Latin America. **Oxford Research Encyclopedia of Criminology and Criminal Justice**, 2021.

MENEGUETTI, Ana Isadora; FERREIRA, Marcos Alan. Transnational gangs in South America: The expansion of the *Primeiro Comando da Capital* to Paraguay. **Urban Crime**, v. I, n. 2, p. 29-53, nov. 2020.

MODELLI, Lais. Garimpo leva violência sexual, aliciamento, crime organizado e doenças às terras Yanomami. **Mongabay**, 11 abr. 2022. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2022/04/garimpo-leva-violencia-sexual-aliciamento-crime-organizado-e-doencas-as-terras-yanomami/>. Acesso em: 13 mai. 2024.

MPF. Lei do Minuto Seguinte. Perguntas Frequentes. c2024. Disponível em: <https://leidominutoseguinte.mpf.mp.br/#faq>. Acesso em: 01 set. 2024.

NOBRE, Fábio Rodrigo Ferreira; FERREIRA, Daniel do Nascimento. Atores não estatais violentos e instituições informais no Brasil (2008–2018). **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 8, n. 2, p. 127-151, jul./dez. 2021.

ONU. **Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional**.

Palermo, 2000. Disponível em:

justica.sp.gov.br/wp-content/uploads/2017/07/27_UNU_Crimeorganizado1.pdf. Acesso em: 28 ago. 2024.

PEREIRA, Felipe. BARRO, PEDRA, PÓ: PCC toma áreas de garimpo em Roraima e explora tráfico de drogas e prostituição até mesmo em terra ianomâmi. **UOL TAB**, Boa Vista, 1 fev. 2022. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/edicao/pcc-no-garimpo/>. Acesso em: 13 mai. 2023.

PEREZ, Fabíola. Garimpo, prostituição e pistas: como agem PCC e CV na Terra Yanomami. **UOL**, São Paulo, 15 mai. 2023. Cotidiano. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/05/16/garimpo-prostituicao-e-pousos-as-acoes-do-pcc-e-cv-na-terra-yanomami.htm>. Acesso em: 18 jun. 2024.

PEREZ, Fabíola. PCC divide Roraima em 19 regionais para controlar o tráfico de drogas. **UOL**, São Paulo, 19 jun. 2023. Cotidiano. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/06/19/organizacao-criminosa-pcc-divide-roraima-regionais.htm>. Acesso em: 28 ago. 2024.

PIMENTA, M. C. B. S.; SUÁREZ, Marcial Alecio Garcia; FERREIRA, Marcos Alan. Hybrid governance as a dynamic hub for violent non-state actors: examining the case of Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 64, n. 2, p. 1-21, 2021.

PINZÓN, Viviana Garcia; MANTILLA, Jorge. Contested borders: organized crime, governance, and bordering practices in Colombia-Venezuela borderlands. **Trends in Organized Crime**, v. 24, p. 265–281, 2021.

PORTAL RORAIMA 1. Confronto armado entre índios e PMs é registrado na Raposa Serra do Sol. **Roraima 1**, Boa Vista, 16 nov. 2021. Disponível em: <https://roraima1.com.br/2021/11/16/confronto-armado-entre-indios-e-pms-e-registrado-na-raposa-serra-do-sol/>. Acesso em: 28 out. 2024.

SILVA, Frederico Augusto Barbosa da; LUNELLI, Isabella Cristina. Violência e povos indígenas na Amazônia brasileira. In: IPEA. **Boletim de Análise Político-Institucional: dinâmicas da violência na região norte**. Brasília, DF: Ipea, n. 36, jan. 2024.

SOUSA, Nathalia Williany. Povos Yanomami sob ataque: Violências do garimpo ilegal e os estímulos de uma colonialidade estatal. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2022.

SOUSA, Vicente Carneiro de. Respostas decoloniais à governança híbrida: agência indígena em zonas disputadas pelo crime organizado e o Estado. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2023.

TERRA BRASILIS. **PRODES (Desmatamento)**. c2024. Disponível em: https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/increments. Acesso em: 25 ago. 2024.

UNODC. **World Drug Report 2023**. Vienna, 2023.

VILLA, Rafael; BRAGA, Camila M.; FERREIRA, Marcos Alan. Violent Nonstate Actors and the Emergence of Hybrid Governance in South America. **Latin American Research Review**, v. 56, n. 1, p. 36-49, 2021.

VILLA, Rafael; PIMENTA, Marília Souza Violent non-State Actors and New Forms of Governance: Exploring the Colombian and Venezuelan Border Zone. *Journal of Human Security, North America*, v. 15, mar. 2019.